



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticaspublicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Ferreira, Franklin Douglas; Rodrigues Cavalcanti, Cacilda; Cavalcanti, Eblin; Dias, Raquel; Silva de Oliveira Brandão, Selma Maria

EDUCAÇÃO E CULTURA NA LUTA POR EMANCIPAÇÃO DA HUMANIDADE: ataques e resistências no governo Bolsonaro

Revista de Políticas Públicas, vol. 24, 2020, pp. 312-330

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UFMA [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



EDUCAÇÃO E CULTURA NA LUTA POR EMANCIPAÇÃO DA HUMANIDADE: ataques e resistências no governo Bolsonaro

Cacilda Rodrigues Cavalcanti¹

Eblin Farage²

Franklin Douglas Ferreira³

Raquel Dias⁴

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão⁵

Resumo

O papel da mídia na educação e formação da cultura de massa no Brasil e o desmonte da educação pública, do ensino superior e os rumos da política de ciência e tecnologia no governo Bolsonaro, sob o projeto do capital e a ascensão da extrema direita no Brasil. Analisa-se as lutas de resistência pela Educação Pública de qualidade no Brasil e os ataques do governo Bolsonaro, o programa Escola sem partido e, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental, avalia-se as tendências da política educacional brasileira no Brasil atual. Para tanto, toma-se por base o pensamento político do italiano Antonio Gramsci, em especial, em sua contribuição para o entendimento da cultura e da ideologia nas lutas por hegemonia na sociedade.

Palavras-chave: Cultura. Ideologia. Educação. Escola Sem Partido. Governo Bolsonaro.

EDUCATION AND CULTURE IN THE STRUGGLE FOR EMANCIPATION OF HUMANITY: attacks and resistance in the Bolsonaro government

Abstract

The role of the media in the education and formation of mass culture in Brazil and the dismantling of public education, higher education and the course of science and technology policy in the Bolsonaro government under the capital project and the rise of the extreme right in Brazil. We analyze the resistance struggles for quality Public Education in Brazil and the attacks of the Bolsonaro government, the School without a Party program and, based on a bibliographic review and documentary research, we evaluate the trends of Brazilian educational policy in Brazil today. For that, it is based on the political thought of the Italian Antonio Gramsci, in particular, on his contribution to the understanding of culture and ideology in the struggles for hegemony in society.

Keywords: Culture. Ideology. Education. School without Party. Government Bolsonaro.

Artigo recebido em: 11/11/2019. Aprovado em: 31/01/2020

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutora em Educação (UFMG). E-mail: cavalcanticacilda@gmail.com

² Doutora em Serviço Social (UERJ). Secretária geral do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior). E-mail: farage.eblin@gmail.com

³ Doutor em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: franklin.ufma@gmail.com

⁴ Doutora em Educação (UFC). Coordenadora do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior). E-mail: raquel.dias69@gmail.com

⁵ Doutora em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: selmambrandao@gmail.com

Este artigo reorganiza as ideias centrais dos cinco trabalhos que compuseram a mesa temática com o título “Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro”, apresentada na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas/UFMA (IX JOINPP), 2019, em São Luís (MA).¹

O propósito é expor o tema em sua complexidade, tendo a análise da situação política brasileira atual, sob o governo Bolsonaro, como eixo central que unifica a reflexão dos cinco trabalhos. Tais trabalhos centram-se, cada um, em um dos seguintes recortes: (1) a contribuição de Antonio Gramsci para o debate da cultura e da ideologia e sua relação com o papel da mídia na luta por hegemonia na sociedade; o conservadorismo no mundo e a incidência no Brasil na reconfiguração das políticas públicas no país, em especial (2) na política (de desmonte) da educação pública brasileira, (3) do ensino superior brasileiro, (4) da política de ciência e tecnologia do país e sua subordinação aos interesses dos Estados Unidos, no tocante ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), bem como (5) as lutas de resistências históricas ao desenvolvimento da educação brasileira subordinada aos interesses do capital internacional e das diretrizes de organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial.

As forças conservadoras que foram ganhando espaço político no Brasil na última década culminaram com o governo ultraconservador de Jair Bolsonaro na Presidência da República. No curso desse movimento, partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e a escola pública, gratuita, laica e democrática se tornaram objeto de ataques. Professores foram alçados a inimigos do Estado e da Família, acusados de doutrinação ideológica.

O contexto é de desmonte da escola pública, tanto pela via do corte de recursos financeiros quanto pela destituição da função social da escola, reduzida a instrução técnica. Conquista histórica da classe trabalhadora, o direito à educação se encontra ameaçado. A Ciência e as Universidades são atacadas e subjugadas ao fundamentalismo religioso. Diante desse cenário, identificar e compreender a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada assume um grande significado político-ideológico.

Assim, importa compreender, nos limites de um trabalho desta natureza, os principais determinantes norteadores da produção científica no país, sob os ditames neoliberais, sobretudo, aqueles de feição ultraconservadora, como os em vigor na atual conjuntura nacional e internacional.

Dessa forma, recuperar a memória, ainda que breve, das lutas e resistências em defesa da educação pública, assume grande significado político-pedagógico neste tempo de ofensiva ultraconservadora, em que ideias retrógradas se apresentam como novas interpretações da realidade social e novos atores políticos vão se constituindo com velhos discursos apresentados como novos e como solução para a crise econômica, cultural e moral em que se insere a nação brasileira. Em

contraposição, movimentos sociais, entidades sindicais, associações científicas e sociais diversas reafirmam a luta histórica da classe trabalhadora por educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

A história da educação brasileira nos mostra que a luta em defesa da educação pública sempre esteve presente na pauta de movimentos sociais, tanto de movimentos sindicais quanto de organizações estudantis e organizações sociais diversas, em formas também diversificadas de resistência ao projeto educativo burguês a serviço do capital. Dessas lutas, resultaram diversas conquistas na garantia de educação pública que ampliaram o acesso à educação básica às classes menos favorecidas, ainda que marcadas pelas contradições das políticas sociais do Estado capitalista.

Refletir sobre a educação pública superior hoje no Brasil nos impõe analisar a crise internacional do capital e a conjuntura, identificando os distintos projetos em disputa. Um projeto hegemonizado pelos interesses do capital e outro pelos interesses dos trabalhadores. Interesses que disputam entre si e que são inconciliáveis. Apesar de aparentarem desconexos, os efeitos do projeto do capital representam o conjunto das ações impostas pelos organismos internacionais que são absorvidas sobre a perspectiva da “modernização” e da necessidade de alinhamento internacional com a política de educação superior, submetendo um conjunto de países, em especial os de capitalismo tardio, como os da América Latina, a um mesmo processo educacional.

Na perspectiva da construção da emancipação humana, nos termos de Marx (2009), é necessário pensar a educação que temos e a educação que queremos, se nos marcos do projeto do capital ou a partir da superação desse modo de produção. Nesse sentido, a defesa de uma educação/universidade pública, gratuita, laica, estatal, socialmente referenciada e antipatriarcal, que consiga “assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que respeite a diversidade e o pluralismo, contribuindo para a transformação da sociedade” (ANDES-SN, 2013, p. 17), se torna imprescindível.

2 A IDEOLOGIA E O “PODER” DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DA CULTURA DE MASSA NO BRASIL SOB O CONSERVADORISMO ATUAL

O conceito gramsciano de cultura não se encontra numa definição dada, específica e acabada. Sua reflexão para alcançá-lo, na verdade, se distribui num enfeitado conjunto de outros conceitos que vão se complementando, tais como intelectuais, ideologia, estrutura e superestrutura, sociedade civil, sociedade política, bloco histórico, moral, educação, trabalho, nova cultura política, hegemonia, etc.

A concepção de Gramsci de cultura é, sobretudo, marcada por **uma dimensão total, integral, do homem na sociedade**. Evidenciada, por exemplo, quando ele reflete sobre intelectuais, afirmando justamente não existir o não intelectual. Diz nosso autor:

[...] não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar [...] [Caderno 12]. (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Todo homem participa de uma concepção de mundo! Temos, em Gramsci, **a cultura como expressão da sociedade** (GRAMSCI, 2001a, p. 121). E, num raro momento de tentativa de síntese do conceito de cultura, a partir de um estudo seu sobre a arte de Sanctis, aduz Gramsci (2002, p. 63):

[...] Mas o que significa ‘cultura’ neste caso? Significa, indubitavelmente, uma coerente, unitária e nacionalmente difundida “concepção da vida e do homem”, uma “religião laica”, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em “cultura”, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, um comportamento cívico e individual. [Caderno 23]. (GRAMSCI, 2002b, p. 64).

Ao registrar a concepção dos humanistas, de que “Cultura não é somente saber, mas é também viver” (GRAMSCI, 2002c, p. 236), nosso pensador reafirma todas as dimensões da cultura: a) dimensão da pluralidade e da diversidade; b) a dimensão processual, gradual e lenta; c) a dimensão da multiplicidade; d) a dimensão classista; e) a dimensão religiosa; f) a dimensão histórica; g) a dimensão transformadora latente; h) a dimensão humanista; i) a dimensão do tradicional; j) a dimensão total, integral, do homem na sociedade. Eis o fértil terreno sobre o qual mina a ideologia!

Em Gramsci, “[...] as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 131). Muda a estrutura, muda a ideologia. Ressalta, contudo, ele: o desaparecimento de uma estrutura não corresponde necessariamente ao desaparecimento de elementos da superestrutura a ela vinculados. Pode ocorrer que de uma ideologia sobrevivam elementos para além da estrutura superada. Será a historicidade do conceito e do valor desses elementos que definirá o que caducará ou não.

Ao esmiuçar seu argumento de que não se deve confundir as flutuações da política e da ideologia com modificações estruturais, ele está realçando a máxima dialética existente no movimento do real que une, com reciprocidade, as duas, estrutura e superestrutura. Isto porque, justifica o autor, ao se pensar a estrutura “especulativamente”, como um “deus oculto”, está se cometendo o erro de não pensar a estrutura historicamente, “como conjunto das relações sociais nas quais os homens se movem e atuam [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 297).

Gramsci (2004, p. 96) observa que existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e que entre elas sempre há a escolha por uma. Mas essa escolha não é puramente intelectual. É um fato complexo e que traz consigo uma contradição entre o fato intelectual e a norma de conduta. E, “este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva, nem sempre se deve à má-fé” (GRAMSCI, 2004, p. 97). Em amplas massas, ela é expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social.

Na escolha de uma concepção de mundo, mesmo quando um grupo toma emprestado para si a concepção de outro grupo, seja por subordinação ou submissão intelectual, e que passa a seguir — ou porque, em épocas normais, já a segue — tem-se que esse grupo a escolhe (ou a critica) por decorrência de fatos políticos inseparáveis da filosofia. Destarte, à luz da reflexão gramsciana, não há como separar dada concepção de mundo de determinada política.

Ideologia aqui entendida, nos mesmos termos de Gramsci, como: [...] o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas. (GRAMSCI, 2004, p. 98-99). Ideologia como “hipótese científica de caráter educativo energético, verificada e criticada pelo desenvolvimento real da história, ou seja, transformada em ciência (hipótese real), sistematizada” (GRAMSCI, 2004, p. 232).

O papel precípua da comunicação, vamos assim entender a grande mídia em seu conjunto geral de veículos e formadores de opinião pública em escala massiva, tem sido exatamente este: conservar a unidade ideológica do bloco social cimentado pela concepção de mundo/ideologia que vigora como dominante. Assim, a comunicação, essa mídia corporativa que aí está, torna-se instrumento de solução para um problema, como historia Gramsci (2004), que em épocas passadas apresentava extrema debilidade: se antes a obstinação da Igreja romana era evitar a sua divisão em duas religiões, a dos “intelectuais” e a das “almas simples”, trabalho o qual os jesuítas destacaram-se como maiores artesãos da organização da cultura católica, a fim de evitar essa cisão entre os de baixo e os do alto, a comunicação monopolizada no Brasil exerce com excelência esse papel antes desempenhado pelos jesuítas. Contemporaneamente, ela é o principal mecanismo de coesão ideológica do bloco social dominante.

Organicamente, ela se coloca e exerce um papel de intelectual, à medida que elabora princípios e problemas os quais as massas colocam como sua atividade prática (GRAMSCI, 2004). Unifica, assim, a solução a todos, aos “simples” e aos “intelectuais”, do bloco cultural e social sobre o qual exerce sua influência. E o faz com maestria porque, na sua lógica mercadológica, das disputas das audiências, dos públicos, ela precisa manter permanente interação e contato cultural com as

massas, sabendo compreender suas respostas e retornos aos produtos e bens culturais lançados por ela, a fim de verificar sua aceitação.

O que temos a observar, entre o vai e vem dessa comunicação controlada por meia dúzia de multimilionárias famílias brasileiras (as famílias Marinho – Globo, Saad – Band, Abravanel – SBT, Carvalho – Rede TV, Sirotsky – RBS, Civita – Veja, Mesquita – grupo Estado, Frias – grupo Folha, dentre outras poucas e regionais, como Sarneys – Mirante, e Lobão – Difusora, para destacar a situação maranhense), é que ela torna-se instrumento pelo qual os setores econômicos dominantes buscam impedir a ascensão da “compreensão crítica de si mesmo” por parte das classes subalternizadas. A fim de impedir que, na luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, no campo da ética, da política, se evite a chegada a um patamar de elaboração superior da própria concepção do real pelas classes populares (GRAMSCI, 2004).

Essa comunicação vinculada aos interesses da classe dominante age para neutralizar qualquer processo de autoconsciência, posto que “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 103).

Evidente, como ressalta Gramsci (2004), esse “devir histórico” não é mecânico. Da distinção, separação, independência quase instintiva entre a consciência teórica da ação e a atuação prática, progride-se a uma concepção de mundo coerente, unitária. Ela emerge do senso comum e o supera para, tornando-se crítica, constituir-se numa concepção do real cujo progresso da unidade intelectual e ética implica também o desenvolvimento do conceito de hegemonia.

A autoconsciência, crítica, significa, histórica e politicamente, a “criação de uma elite de intelectuais [...] [posto que] **não existe organização sem intelectuais**, isto é, sem organizadores e dirigentes” (GRAMSCI, 2004, p. 104 – grifo nosso). Nas classes populares, a criação de intelectuais é um processo longo, cheio de contradições, avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos (GRAMSCI, 2004). Algo, em menor proporção para a classe dominante, uma vez que possui mais instrumentos de ação, mas também presente na formação de seus intelectuais e dirigentes.

No Brasil, a mídia exerce o papel de intelectual, de corpo dirigente e organizador da ação da classe dominante. Não como “sujeito” principal, mas como “colaborador” essencial dos setores aos quais se vincula para organizar a intervenção na realidade concreta, na cultura hegemônica dominante. Será, ainda que em papel secundarizado pelo setor da classe dominante que alcança o poder político no Planalto central, elemento fundamental para a “nova” emergência do pensamento conservador e seu combate à educação, ao ensino superior e à política de ciência e tecnologia no País.

3 LUTAS E RESISTÊNCIAS PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS NO GOVERNO BOLSONARO

As forças conservadoras que foram ganhando espaço político no Brasil na última década culminaram com o governo ultraconservador de Jair Bolsonaro na Presidência da República, eleito em outubro de 2018. No curso desse movimento, partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e a escola pública, gratuita, laica e democrática se tornaram objeto de ataques. Professores foram alçados a inimigos do Estado e da Família, acusados de doutrinação ideológica.

O contexto é de desmonte da escola pública, tanto pela via do corte de recursos financeiros quanto pela destituição da função social da escola, reduzida a instrução técnica. Conquista histórica da classe trabalhadora, o direito à educação se encontra ameaçado. A Ciência e as Universidades são atacadas e subjugadas ao fundamentalismo religioso. Diante desse cenário, identificar e compreender a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada assume um grande significado político-ideológico.

O ano de 2019 apresentou-se para o Brasil, na esfera da política educacional, como um ano de retrocessos, marcado pela tentativa de imposição de uma agenda educacional ultraconservadora e fundamentalista religiosa que se contrapõe aos princípios constitucionais da liberdade, da democracia e dos direitos sociais.

A agenda conservadora para a educação que vem sendo implementada pelo atual governo à frente da Presidência da República, já estava delineada no “Plano de Governo” apresentado pelo atual presidente da República durante a campanha: (1) inverter as prioridades, de modo a investir menos em educação superior e investir mais em educação básica e no ensino técnico; (2) expurgar a filosofia de Paulo Freire das escolas; (3) priorizar Matemática, Ciências e Português, sem doutrinação e sexualização precoce; (4) a educação a distância como estratégia para a educação nas áreas rurais.

Cabe ressaltar que as propostas apresentadas no plano do governo também já deixavam claro as interpretações equivocadas (e o desconhecimento) desse grupo político acerca da realidade da educação brasileira, cujas propostas são estabelecidas meramente por convicções ideológicas ou religiosas e não por diagnósticos adequados da realidade educacional do país.

Na perspectiva de tal projeto educativo, ao assumir o governo federal, Bolsonaro nomeou para o Ministério da Educação o teólogo e professor de filosofia de perfil conservador Ricardo Vélez Rodriguez, que em 100 dias de governo e muitas atrapalhadas mostrou-se incapaz de levar adiante a agenda educacional (mais ideológica do que técnica) do governo, e foi substituído pelo professor de Ciências Econômicas da Unifesp Abraham Weintraub, **que caminha na mesma direção ultraconservadora e privatizante**. Entre as principais pautas apresentadas no primeiro ano do

governo Bolsonaro, destacam-se: o *Homeschooling*, o Programa Escola Cívico-Militar, o Projeto Escola Sem Partido, a alfabetização pelo método fônico, a privatização da educação superior e o Programa Novos Caminhos.

Observa-se que os mais importantes programas do governo Bolsonaro têm em comum o aspecto ideológico: desconstruir a pseudo ideologia de esquerda presentes nas escolas e intensificar a ideologia da direita. Todas essas ações visam a um maior controle da formação dos(as) alunos(as), de modo a controlar o conteúdo a ser ensinado e evitar a análise crítica da realidade. Propostas como o Projeto Escola Sem Partido e o *Homeschooling* são claras expressões da tentativa de promover uma formação tecnicista, pretensamente neutra, desprovida de conteúdo político e da liberdade de expressão que caracterizam a formação de pessoas críticas com capacidade de análise da realidade e tomadas de decisão autônomas. Sustentado em um discurso neoconservador e ultraliberal, o *Homeschooling* visa, por um lado, destituir o papel do Estado na oferta da educação e, por outro, afirmar o patriarcado na definição da família tradicional.

Outro aspecto que fica evidente no projeto educativo de Bolsonaro diz respeito à lógica de mercado como parâmetro para oferta da educação, seja pelos métodos de gestão, seja pela privatização da oferta da educação pública, como tem ficado evidente em seus discursos de ataque à universidade pública. Baseados em diagnósticos mal-intencionados (e manipulados) do Banco Mundial, o atual governo tem investido no sucateamento das universidades e na divulgação de visões distorcidas sobre as universidades brasileiras tentando destituí-las de seu papel de produtoras de ciência e tecnologia, como estratégias de privatização.

Assim, observa-se um movimento em curso de uma política educacional de desconstrução da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada; uma política educacional de caráter ultraconservador comprometida com interesses do grande capital e de grupos religiosos fundamentalistas interessados em um Estado sob o comando da Religião.

Porém, tendo em vista as contradições inerentes a toda realidade, há muito espaço para o acirramento das mesmas no contexto da política educacional do atual governo federal, as quais podem favorecer a luta organizada da classe trabalhadora em defesa do seu projeto educativo. Podemos perceber que são muitas as contradições do projeto educativo neoconservador e reacionário do grupo Bolsonaro. Uma dessas contradições resulta da própria composição da equipe técnica do MEC, que combina, de forma tensionada, fundamentalistas religiosos, olavistas e militares com pautas e estratégias de atuação divergentes, as quais têm se expressado em dificuldades de manter uma equipe técnica articulada e capaz de implementar as ações propostas. Outra contradição se manifesta na própria incompetência técnica e política do corpo diretivo do MEC para propor e implementar políticas. Até o momento, não foram apresentadas propostas concretas dessas políticas, tais como diagnósticos

embasados em dados consistentes, metas estabelecidas, ações a serem desenvolvidas, metodologias, formas de avaliação e recursos financeiros, evidenciando que a tão propalada competência técnica como critério de sua política educacional não corresponde à realidade.

Em que pese as dificuldades técnicas e políticas do grupo que comanda o governo no presente momento, há um projeto de desmonte da educação pública em curso no Brasil. As medidas iniciais do governo Bolsonaro no campo da educação expressam que o grande projeto educacional desse grupo político que assumiu o governo federal é a formação de uma subjetividade aprisionada como condição necessária à hegemonia neoconservadora e fundamentalista religiosa que, por sua vez, é a condição necessária (política, ideológica e moral) na atual conjuntura brasileira para a manutenção e expansão das relações de produção capitalista no contexto do capitalismo mundial.

Portanto, se coloca para a classe trabalhadora a tarefa de analisar o projeto educativo do governo Bolsonaro em suas diversas composições e contradições, a fim de se organizar de forma consistente a luta em defesa da educação pública. Diante de um projeto de educação de caráter ultraconservador, fundamentalista e reacionário, se coloca, imperativamente, a necessidade do acirramento da luta em defesa do projeto educativo da classe trabalhadora, a qual envolve o combate a todas as formas cerceamento da liberdade e a mercantilização da educação.

Portanto, no momento atual, os movimentos sociais e sindicais devem atuar de forma contundente e imediata não somente contra todas as pautas educacionais do governo Bolsonaro, mas contra a manutenção do próprio governo, que não representa o projeto de sociedade necessário à classe trabalhadora. Se faz necessário manter, a longo prazo e de forma mais ampla, a luta pela escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social, plenamente financiada pelo Estado e sob o controle da classe trabalhadora.

A história da educação brasileira é a história da luta da classe trabalhadora pelo direito à educação. Essa luta possibilitou que uma parcela significativa da população brasileira tivesse acesso à educação básica e que uma parcela ainda muito pequena tenha acessado o ensino superior. Possibilitou também marcos legais de proteção ao direito à educação e à laicidade do ensino. A qualidade e a democratização ainda são sonhos que continuam a alimentar as lutas. O projeto de desmonte dessas poucas conquistas que se anuncia e ganha corpo no atual governo federal significa a negação de um dos direitos humanos fundamentais, pois está na base da garantia dos demais direitos.

Estamos em um momento da história brasileira em que se colocam em disputa dois projetos educativos antagônicos: de um lado, um projeto ultraconservador que pretende formar uma geração de pessoas despolitizadas sem capacidade de análise crítica da realidade e uma nação submissa aos interesses do grande capital, fundamentado na pedagogia do medo. De outro lado, o projeto educativo da classe trabalhadora, impulsionado pelas forças sociais em defesa da educação

como direito público, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, fundamentado na pedagogia da autonomia. Tais projetos não são apenas contraditórios, são antagônicos, pois a manutenção de um depende do aniquilamento do outro.

4 (DES)EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO E AS LUTAS NECESSÁRIAS EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR

4.1 A defesa de uma escola sem partido no contexto do avanço das ideias conservadoras

O processo de “direitização” da política já havia se revelado nas eleições de 2014, como resposta às jornadas de junho de 2013, que também continham, contraditoriamente, alguns germens de ideias reacionárias, como negação dos partidos e de suas bandeiras. O golpe parlamentar que culminou com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, vem se aprofundando desde então, com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República e, posteriormente, com a vitória de um governo de extrema direita como seu sucessor.

Demier (2017), ao analisar a situação política brasileira pós-golpe, defende a tese de que estaríamos sob um regime novo, o da “democracia blindada”, o qual é parte constitutiva do projeto neoliberal de gestão do Estado burguês, mas que caracterizaria, por adotar procedimentos de blindagem das conquistas populares de forma a garantir o êxito da implantação das contrarreformas. Nesse contexto de cerceamento das liberdades democráticas e de desconstitucionalização dos direitos, o Movimento Escola sem Partido encontra terreno fértil para o florescimento de suas proposições.

As ideias de uma suposta Escola sem Partido surgiram em 2004, mas só começaram a ganhar destaque em 2015, quando se materializaram em projeto de lei, que propunha modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo como eixo central o combate às chamadas “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica”, considerada “síntese de suas antíteses” (RAMOS, 2018, p. 7).

Em consonância com as ideias do Movimento Escola sem Partido, a Frente Parlamentar Evangélica, constituída por cerca de 180 parlamentares eleitos no último pleito, tornou público o documento intitulado “Manifesto à Nação: O Brasil para os Brasileiros”, em outubro de 2018, no qual reivindica no tópico dois uma “Escola sem Ideologia e sem Partido” (2018). O documento da Frente (2018, p. 54) propõe como uma das tarefas daquilo que denomina revolução na educação “Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes”. O documento identifica, ainda, uma suposta instrumentalização a serviço da propagação das ideias comunistas e, na esteira

desse raciocínio, afirma categoricamente que **“introduziram nas escolas todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão etc.”** (grifos nossos).

A tese principal dos defensores do projeto Escola sem Partido é de que a escola atual é doutrinadora e disseminadora das ideias de esquerda e de uma ideologia de gênero e, como consequência, transforma docentes em inimigos, promovendo uma total desqualificação desses profissionais, como bem salientou Penna (2017), mediante “[...] remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor [pluralismo de concepções pedagógicas, liberdade de ensinar], chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão”.

4.1.1 A proposta de um “ajuste justo” nos gastos da educação nos termos do Banco Mundial e da Frente Parlamentar Evangélica

Em novembro de 2017, o Banco Mundial (BM) publica o documento “Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, que foi encomendado pelo governo brasileiro com o objetivo de realizar uma análise aprofundada do gasto público, o qual teria se tornado, na avaliação do BM (2017, p. 01), “[...] cada vez mais engessado pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento”. O documento dedica um capítulo à educação que tem o sugestivo título “Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública”.

O documento afirma que a principal conclusão do estudo é a de que o governo brasileiro “gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal” (BM, 2017, p. 7) e cita a Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) como uma medida positiva, mas alerta de que não é suficiente para o equilíbrio fiscal e aponta que a “fonte mais importante de economia fiscal de longo prazo é a reforma previdenciária” (BM, 2017, p. 8), a qual foi aprovada no final de 2019.

Outra medida de contingenciamento dos gastos apontada pelo documento diz respeito à redução da massa salarial do funcionalismo público, medida que está em curso com a chamada Reforma Administrativa. O documento ataca a vinculação orçamentária dos investimentos em educação e critica, ainda, os investimentos no ensino superior que, segundo o BM, seriam “altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados”.

A Frente Parlamentar Evangélica, no documento “Manifesto à Nação: O Brasil para os Brasileiros”, reivindica o documento do Banco Mundial no que diz respeito às suas análises sobre o ensino superior e aponta várias sugestões para o que denomina de uso mais adequado dos recursos públicos. Dentre as propostas, estão: limitação dos gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes, desvinculação orçamentária, aumento do tempo dedicado às aulas, auditoria dos programas

de financiamento, como Prouni, FIES etc. Sugere, ainda, “rever o Ensino Superior e modernizar a Graduação”, uma vez que se caracterizaria, na avaliação da Frente, pela existência de “salas de aula vazias, e um custo gigantesco para um resultado microscópico”.

4.2 A contrarreforma do Estado e a educação superior no Brasil

Nesse contexto, tratar da Educação Superior nos impõe fazer uma breve análise do momento político que vivemos no Brasil, vinculado com o desenvolvimento capitalista internacional, em crise desde a década de 1970. A crise cíclica e estrutural do capitalismo impõe uma reconfiguração do papel do Estado, de forma a atender as exigências imediatas para a recuperação do sistema capitalista. No Brasil, a política neoliberal começa a ser desenvolvida na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002)².

A década de 1990 marca, portanto, a contradição entre o início do desenvolvimento da política neoliberal no Brasil e a luta pela efetivação da CF/88 que, apesar de traços liberais, traz em seu conteúdo importantes conquistas para a classe trabalhadora.

A história da educação pública superior no Brasil, em especial a partir do período da ditadura civil-militar (1964-1985), com os acordos MEC-USAID³, foi direcionada pelos interesses dos organismos internacionais. Gradativamente a educação superior passa a ser hegemonizada pela iniciativa privada no Brasil, tendo como marco o período da ditadura militar. Como aponta Sguissard (2008), no início da ditadura militar, 61,6% do ensino superior era público e 38,4% privado, em dez anos o quadro se modifica drasticamente, passando as instituições privadas a controlarem 63,6% das matrículas enquanto as instituições públicas ficavam com 36,4%. Hoje, segundo os dados do censo da educação superior de 2016, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-MEC), 82,3% das matrículas em 2016 foram em instituições privadas de ensino, demonstrando a grandiosa mercadoria que a educação superior se transformou.

No Brasil, no mesmo período em que se expande o ensino público, com a ampliação do acesso de estudantes de origem popular através da lei 12.711 de 2012, que institui as cotas sociais e raciais no ensino superior público, também se amplia o repasse de verbas públicas para a iniciativa privada, através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e instituído pela Lei 11.096/05, verdadeiros mantenedores de conglomerados empresariais da educação.

A expansão da universidade pública, por nós defendida, tem que garantir, como afirma o ANDES-SN (2013 p. 17), “os anseios e às necessidades da maioria da população, contribuindo para

reparação da injustiça social à qual a sociedade brasileira tem sido submetida”. O que requer uma expansão com qualidade e baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, com condições de trabalho para professores e técnico-administrativos e condições de estudo para os discentes.

O processo de mercantilização da educação está sendo marcado por diferentes imposições dos organismos internacionais, mais especificamente pelas imposições do Consenso de Washington de 1989, que entre suas medidas indica a redução dos gastos públicos, e também pelo processo de Bolonha de 1999, que insere um conjunto de novos paradigmas para o ensino superior público, como modelo pedagógico e político, impondo, entre outros elementos, a certificação em larga escala e o aligeiramento da formação profissional, tendo como modelo o ensino a distância (EaD). As imposições do processo de Bolonha vão orientar o PNE (2001-2012, 2014-2024), em especial no que se refere à retirada da obrigatoriedade da destinação de recursos públicos exclusivamente para a educação pública, ou seja, garantindo a apropriação privada do fundo público e também a contrarreforma da educação superior brasileira.

Entre as marcas do projeto do capital mais sentidas, que impõem uma verdadeira contrarreforma na educação superior, destacamos: (1) processo de aligeiramento da educação superior com a diminuição dos currículos de graduação, a expansão do ensino a distância (EaD) e a redução, cada vez maior, do tempo dos programas de pós graduação (mestrado e doutorado); (2) a intensificação da parceria público privada através da proliferação das Fundações de direito Privado nas universidades públicas, convênios com empresas que subordinam a pesquisa aos interesses privados; (3) a venda de serviço, seja através da aprovação pelo Supremo Tribunal Federal da cobrança de curso de especialização, que abriu precedente para propostas de cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino, ou seja, através da venda de pesquisa e outros serviços prestados pelas universidades; (4) a expansão dos editais para “professor voluntário”, como expressão do grave ataque ao Regime Jurídico Único e ao servidor público; (5) a subordinação da produção do conhecimento aos interesses do capital, em especial a partir do novo Marco de Ciência e Tecnologia e Inovação aprovado em 2016 no governo Dilma; (6) a intensificação do trabalho docente, provocada pela competitividade gerada pela necessidade de progressão funcional, que induz os professores à subordinação das distorções na produção do conhecimento promovidas pelas agências de fomento como CAPES, CNPQ e as agências estaduais; (7) a perseguição e criminalização dos professores e a desqualificação do fazer profissional de quem ensina; (8) o desmonte do tripé do ensino-pesquisa-extensão, hierarquizando a produção do conhecimento; e (9) a tentativa de impor a “neutralidade” aos processos educativos, retirando os conteúdos críticos, os debates sobre gênero e questão racial em uma explícita tentativa de novamente invisibilizar as relações sociais patriarcais, racistas, LGBTfóbicas e sexistas que estruturam o capitalismo no Brasil.

Esses elementos, aliados ao conjunto de retrocessos do governo Bolsonaro, vêm intensificando: 1) o adoecimento docente; 2) a competição interna nas instituições de ensino superior e nos próprios departamentos; 3) a ampliação do assédio moral nas relações de trabalho; 4) a perseguição política aos professores; 5) o racismo institucional; 6) a precarização da assistência estudantil; 6) a depressão entre professores e alunos e o 7) suicídio, em especial entre alunos.

Daí nossa urgente e necessária tarefa de pensar de forma coletiva o projeto de sociedade e de educação que interessa da classe trabalhadora. Nossa tarefa, diante da impossibilidade de conciliar interesses antagônicos e contribuir, de diferentes formas para o processo de reorganização da classe trabalhadora, buscando a construção de um projeto civilizatório que garanta a emancipação plena de homens e mulheres, tendo na educação um de seus pilares estruturantes.

4.3 Para onde nos leva a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no governo Bolsonaro? Para o espaço?!

Não será diferente, ao contrário, torna-se complementar à política educacional, as diretrizes dadas à Política de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao assumir o governo em janeiro de 2019, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro indicou para a pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, o astronauta tenente-coronel da Força Aérea Brasileira Marcos Pontes, que, no discurso de posse, defendeu como prioridade da sua gestão a divulgação de iniciativas de ciência e tecnologia no país. Segundo o ministro, um conjunto de ações será direcionado para ampliar a produção do conhecimento, assegurando maior divulgação de iniciativas relativas à ciência e tecnologia nas instituições de ensino públicas em todo o país, tendo em vista motivar os jovens a seguir carreira de pesquisador. Para tanto, além de ampliar a produção do conhecimento, o ministério se empenhará no fortalecimento dos processos de transformação das pesquisas em inovação, com aplicações no setor produtivo.

Em que pese o corte de 42% no orçamento da pasta (o equivalente a R\$ 2,1 bilhões), na solenidade comemorativa pelos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro, Marcos Pontes avaliou como positiva a agenda do ministério, ao considerar o cumprimento das primeiras metas estabelecidas, que consistiu na implantação do Centro de testes de tecnologia de dessalinização e do Programa Ciência na Escola. Este último busca promover a interação entre Universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de Ciências, motivando assim jovens para a carreira de ciência e tecnologia. Nas palavras do ministro, “[...] nossas universidades e escolas vão participar da formação dos futuros pesquisadores do país [...], tudo isso vai cooperar para o futuro brilhante de nossas crianças” (BRASIL, 2019).

Talvez a elucidação para perspectiva tão vaga, seja vislumbrada na visão conservadora acerca da política educacional brasileira, presente, por exemplo, no projeto Escola sem Partido. Recentemente, na posse do mais novo ministro da Educação, o presidente assim se pronunciou: “[...] queremos uma garotada que não se interesse por política nas escolas, mas que aprenda coisas, que as levem para o espaço no futuro” (BOLSONARO, 2019). Nisto consiste assegurar um futuro brilhante para crianças e jovens brasileiros? Para o atual governo, parece que sim!

Bem em sintonia com o projeto de nação do atual governo, infelizmente, é a soberania nacional que, no presente, parece ser lançada para o espaço, como ficou patente na assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), como parte da agenda ultraconservadora e entreguista do governo. Na primeira visita do presidente Bolsonaro aos Estados Unidos da América (EUA), o referido acordo, firmado pelos chefes de Estados, no dia 18 de março de 2019, assegura o uso da base espacial de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos, para lançamento de foguetes e satélites. A assinatura do acordo foi motivo de grandes comemorações nestes primeiros cem dias de governo, dado que todas as anteriores tentativas entre os dois países, neste sentido foram frustradas. No ano 2000, por exemplo, o Congresso Nacional rejeitou a proposta enviada pelo então presidente FHC, sob o argumento que feria a soberania nacional, curiosamente, com a anuência do então deputado Jair Bolsonaro.

No que tange a soberania nacional — em audiência pública na Câmara dos Deputados, no dia 10 de abril, para dar maiores explicações sobre o referido acordo — o ministro tratou logo de assegurar que o país não corre nenhum risco, na medida em que terá total controle sobre todas as ações realizadas na Base Espacial de Alcântara (MA), a partir da aprovação pelo Congresso Nacional. Neste mesmo tom, em visita ao Maranhão nos dias 14 e 15 de abril, Pontes voltou a assegurar que a contrapartida brasileira no que tange ao AST, consiste tão somente na proteção da tecnologia produzida nos EUA, dado que atualmente, a indústria americana de tecnologia neste ramo possui domínio absoluto no mundo, ou seja, 80% de todos os satélites e foguetes produzidos possui algum componente norte americano, cujo uso precisa de autorização das autoridades daquele país.

Em contrapartida, desde sua assinatura, o AST com os EUA tem sido alvo de inúmeras críticas e receios quanto à unilateralidade do mesmo, reforçando assim a condição de subalternidade do país frente ao imperialismo norte-americano. Apesar das opiniões divergentes entre os diversos segmentos dos trabalhadores organizados sobre a matéria, de modo geral há consenso em torno da ameaça aos rumos de um projeto de autonomia nacional, que passa necessariamente pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Em palestra no I Encontro de Ciência e Desenvolvimento promovido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Maranhão, ainda por ocasião da visita à Base de

Alcântara, o ministro Marcos Pontes, respondendo a questões formuladas, diante de uma plateia numerosa, assegurou que não há o que temer, pois a perspectiva é transformar a Base de Alcântara em um Centro Comercial à disposição de qualquer país, para usos afins. E que, “[...] o AST não oferece ameaças à soberania nacional como os opositores ao projeto chegaram a afirmar”. Muito pelo contrário, “[...] a gente aumenta nosso poderio, pois o Centro sempre será controlado pelo Brasil e trará enormes vantagens financeiras ao país e ao Maranhão, e que serão revertidas em melhores condições de vida para as populações que vivem no referido território”. Desse modo, segundo Pontes, “[...] em pleno funcionamento, o Centro Comercial de Alcântara abrirá ao Brasil um mercado bilionário, que movimentará a princípio cerca de 350 bilhões de dólares, com previsão de atingir o montante de 1 trilhão até 2040” (Informações verbais)⁴.

A urdidura dessa trama, (ou seria drama?) do qual o AST assinado pelos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, destaca-se aparentemente como um ato isolado, envolvem desde sempre os países situados na periferia do sistema capitalista, como o Brasil, de modo diversificado e intensificado. Muito embora, volta e meia se apresente com ares de novidade, e promessas de prosperidade para todos, nada tem de atual e original, muito menos de veracidade, até porque na trama engendrada pelo *concerto* dos países imperialistas, com a anuência dos governos das nações periféricas, no final os interesses dos *mocinhos* sempre se sobrepõem, como nas tramas hollywoodianas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de amordaçamento dos docentes e a descaracterização da função social da escola e da universidade públicas têm o objetivo nítido de submeter cada vez mais a educação aos imperativos do mercado. Ideologicamente, busca-se imprimir um caráter mais conservador à educação e, economicamente, aplica-se uma agenda ultraliberalizante de natureza privatista e mercantil. Amordacar para privatizar. Parece-nos que este é o receituário da classe dominante sob a égide de um governo de extrema direita num contexto de crise do capital.

Assim, ainda que sob os limites deste trabalho e em defesa de um projeto societário emancipador, a razão nos impõe a necessária tarefa de contra argumentação mediante os rumos da atual política de CT&I do qual o AST, se situa, como capítulo importante na atual conjuntura brasileira.

O Brasil, ao longo de sua história, se inseriu na divisão internacional do trabalho do sistema capitalista de forma subordinada. No campo da produção do conhecimento, não foi diferente. Florestan Fernandes (1979, p. 129) é elucidativo sobre os determinantes deste processo ao afirmar que, na trajetória histórica da América Latina e do Brasil, especificamente, somente se conheceu um

tipo de modernização induzida e dependente; ou seja, “[...] o ponto mais vulnerável do capitalismo dependente e do neocolonialismo está na dominação externa”. Entretanto, a aceitação, a incorporação e mesmo a intensificação da heteronomia dos países latino-americanos se concretizam graças à anuência das burguesias nacionais. Nas palavras do autor, “[...] a história como emancipação, na evolução da América Latina, foi negada de fora para dentro e de dentro para fora” (FERNANDES, 1979, p. 132).

Assim, para vencer o atraso e a dependência científico-tecnológica em países situados na periferia do sistema capitalista, como o Brasil, torna-se necessário [...] reestruturar as relações de exploração e opressão que se impõem sobre os trabalhadores e instaurar um processo educativo, que amplie os horizontes de liberdade das pessoas. (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2018, p. 45).

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço. É desagregada, incoerente, inconsequente. No senso comum, predominam os elementos realistas, imediatos: é um agregado caótico de concepções sem nexo. O que não significa a inexistência de verdades no senso comum, mas que ele é conceito contraditório e multiforme pelo qual o homem médio absorve acriticamente a concepção de mundo pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais desenvolve sua individualidade moral. (GRAMSCI, 2004). Portanto, para transformar o senso comum, há a necessidade de estabelecer um novo senso comum, uma nova cultura, que se enraíze na consciência popular com a mesma solidez que as crenças tradicionais. Orienta-nos Gramsci: “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las [...]”. (GRAMSCI, 2004, p. 96). E ressalta ele:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. [...] Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita [...] (GRAMSCI, 2004, p. 94).

Dessa forma, mais do que uma nova descoberta, talvez, e, sobretudo, nestes tempos tão obscuros, de Trumps e Bolsonaros, o mais importante é difundir criticamente as ideias e resistir a essa ordem, a fim de que não sejamos, de maneira alguma, conformistas de algum conformismo, para que não sejamos de jeito algum homens-massa, mas homens-coletivos, sujeitos de nossa própria História!

REFERÊNCIAS

- BOLSONARO, Jair. Bolsonaro defende que jovens não devem se interessar por política. **Catraca Livre**, 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-defende-que-jovens-nao-devem-se-interessar-por-politica/>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- BRASIL, Constituição Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **MCTIC cumpre metas de 100 dias de governo...** Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salalmprensa/noticias/arquivos/2019/04/MCTIC_cumpre metas_de_100_dias_de_governo_afirma_ministro.html. Acesso em: 13 abr. 2019.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FERNANDES, F. **A Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omea, 1979.
- FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere**. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2001a, 2002, 2002b, 2002c, 2004.
- MARX, K. **Para a Questão Judaica**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.
- MUNDIAL, Banco. **Um ajuste justo...** Volume 1: Síntese. Brasil, novembro de 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- RAMOS, Marise Nogueira. Apresentação. *In*: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática... *In*: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação democrática: Antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.
- SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil... **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.
- ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Neoliberalismo e política de C&T no Brasil...** Brasília, DF, 2018.
- _____. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. Cadernos ANDES, número 2, 4ª ed. Brasília/DF: janeiro/2013.

Notas

¹ Os trabalhos mencionados encontram-se nos anais da IX JOINPP/UFMA 2019, como componentes da mesa temática coordenada, com os seguintes títulos e autorias: “A ideologia e o “poder” da comunicação na formação da cultura de massa no Brasil”, de Franklin Douglas Ferreira (coordenador da mesa); “O desmonte da educação pública superior: as marcas do projeto do capital e a ascensão da extrema direita no Brasil”, elaborado por Eblin Farage; “Lutas e resistências pela educação pública de qualidade no Brasil e seus desafios no governo Bolsonaro”, de autoria de Cacilda Rodrigues Cavalcanti; “O programa escola sem partido e suas articulações com o projeto do capital para a educação”, de Raquel Dias; e “Os (des)caminhos da política de ciência, tecnologia e inovação no contexto das atuais contrarreformas neoliberais no Brasil: indicações para o debate”, de Selma Maria Silva de Oliveira Brandão.

² FHC havia sido Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (1992-1995), quando lançou o Plano Real, que se manteve como carro chefe de seu primeiro governo.

³ Acordos firmados entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos para a implementação de um modelo de educação.

⁴ Depoimento retirado da fala no ministro no referido evento, realizado no Multicenter Sebrae, no dia 15 de abril de 2019, do qual participou Selma Maria Silva de Oliveira Brandão, coautora deste artigo.